



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
GABINETE VEREADOR AURÉLIO MIGUEL

Folha nº 02 do anexo —
do proc. nº 37-5 de 2011
ADELINA C. Ed TOCHIO
Assistente Parlamentar
RF 100.406

42/2011

37 - RSC
37- 00005/2011

REQUERIMENTO Nº

Considerando os fatos fartamente noticiados na imprensa, no dia 10 e 11 de agosto de 2011, tornando-os notórios, da existência de fraude documental consubstanciada na apresentação de termos de outorga onerosa simulados;

Considerando que a Corregedoria Geral do Município apurou que existe fraude também frente ao Tesouro Municipal consistente na apresentação de guias de recolhimentos de tributos falsas.

Considerando que as fraudes supra narradas demonstram extrema fragilidade da municipalidade na apuração e verificação da veracidade documental e que tal ilícito pode existir em maior escala e em outras esferas desta Prefeitura Paulistana;

Considerando, finalmente, que os fatos denunciados evidenciam que o Poder Público não tem controle do fluxo financeiro relativo a diversos recolhimentos a exemplo das outorgas onerosas;

Requeiro, a constituição de Subcomissão de Estudos, nos termos do artigo 55, II, do Regimento Interno, composta por 05 (cinco) membros, com duração de 60 (sessenta) dias, eventualmente prorrogáveis, com o fito de verificar a documentação apresentada à aprovação de projetos da construção civil, em conjunto com os respectivos recolhimentos tributários, assim como as falhas sistêmicas e legais no controle dos ativos financeiros.


AURÉLIO MIGUEL
VEREADOR



Fraude já custou R\$ 13 mi à Prefeitura

Corregedoria-Geral do Município identificou irregularidades em mais sete guias de autorização para construção de prédios

Felipe Frazão
Cida Alves

ESPECIAL PARA O ESTADO

As investigações da Corregedoria-Geral do Município sobre a quadrilha que fraudou autorizações municipais para erguer prédios acima dos limites permitidos mostram, até agora, fraudes em pelo menos 10 guias e um rombo que já chega a R\$ 13 milhões. "E os números não param de crescer", afirmou ontem o corregedor-geral Edilson Mougant Bonfim. Por enquanto, três construtoras são investigadas.

Alguns casos apurados datam de 2007, segundo Bonfim. Os documentos são idênticos aos emi-

tidos na concessão da outorga onerosa – mecanismo legal que permite a uma construtora levantar empreendimentos acima do gabarito máximo da área. Mas são falsas as autenticações de pagamento, que destacariam uma agência bancária fantasma. As guias foram aceitas como verdadeiras pela Secretaria Municipal de Habitação (Sehab).

A guia falsa que deu início à investigação, apresentada pela Marcanni Construtora e Incorporadora Ltda. para subir um prédio residencial de alto padrão no Tatuapé, zona leste, tem data de novembro. Só em junho, após receber uma denúncia, a Prefeitura se deu conta de que o dinheiro nem sequer caiu no cai-

xa do Tesouro. O corregedor-geral reconheceu falha interna na Prefeitura, mas não foi encontrado nenhum indício de participação de servidores.

Kassab. Questionado ontem pelo Estado sobre o motivo da falta de checagem dos depósitos, o prefeito Gilberto Kassab (sem partido) assegurou apenas que existem mecanismos de acompanhamento e fiscalização. "Vamos apurar se tem algum equívoco, algo inadequado. Mas é uma ação que a qualquer momento seria identificada."

A Marcanni divulgou nota oficial ontem, na qual também se diz lesada. O advogado da empresa tentou autorização judicial pa-

ra emitir nova guia de outorga onerosa e pagá-la para regularizar o empreendimento. Mas despacho de Kassab no *Diário Oficial* de ontem, porém, ordenou que a obra continue embargada.

Segundo Bonfim, entre os convocados para prestar esclarecimentos ontem na Corregedoria havia duas pessoas de uma empresa chamada Nobre Consultoria e Engenharia Ltda. que não compareceram.

Elas estariam vinculadas a um dos intermediários do esquema. "Queremos saber se essa empresa existe e a sua idoneidade. Eles precisam vir prestar contas e informações", disse Bonfim. A reportagem não conseguiu contato com a empresa.

PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO		Documento de Autorização de Município de São Paulo - DAMAP	
MARCANNI CONSTRUTORA E INC. LTDA		PREÇOS PÚBLICOS E QUANTIFICAS	
SENER	154.000,00	SENER	154.000,00
RUA DA HABITAÇÃO, Nº 1000		VALOR TOTAL	
R\$ 13.000,00		R\$ 13.000,00	
DATA DE EMISSÃO: 20/12/10		DATA DE VENCIMENTO: 20/12/10	
VALOR TOTAL: R\$ 13.000,00		VALOR EM LETRAS: TREZ MIL E QUATROCENTOS REAIS	

Boleto. Guia falsa foi usada para erguer prédio no Tatuapé